

3

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

Pelo presente instrumento particular,

(a) como emissora, **LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, n.º 160, sala 1619, Centro, CEP 20020-080, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.620.646/0001-98, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora"); e

(b) como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da primeira emissão de oferta pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única da Emissora ("Debenturistas", e individualmente "Debenturista"), **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 4, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário", sendo a Emissora e o Agente Fiduciário referidos em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte");

Vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Oferta Pública de Distribuição, com Esforços Restritos de Colocação, da **LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.**, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 476") ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a deliberação de aprovação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 4 de maio de



Handwritten signature and initials.

4

2011 ("AGE"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59, da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Da Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na ANBIMA

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM n.º 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19, da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. A Emissão também não será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA ("ANBIMA"), por se tratar de oferta pública de distribuição, com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita"), nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e Publicação da Ata da AGE

2.2.1. A ata da AGE que deliberou a Emissão será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") e publicada (i) no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro; e (ii) no jornal Diário Mercantil, em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCERJA, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. A Emissora compromete-se a enviar cópia de eventuais aditamentos, devidamente registrados, ao Agente Fiduciário e à CETIP.



2

Handwritten signature and initials.

5

2.4. Registro para Colocação e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), e no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definido) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por cada Investidor Qualificado, conforme disposto no artigo 13, da Instrução CVM n.º 476 e mediante cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17, da Instrução CVM n.º 476.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. **Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única.

3.2. **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 125 (cento e vinte e cinco) Debêntures.

3.3. **Valor Total da Emissão:** O valor nominal total das Debêntures, na Data de Emissão, conforme abaixo definido, será de R\$125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais) ("Valor Nominal Total").

3.4. **Destinação de Recursos:** Os recursos captados por meio da Emissão serão destinados na seguinte ordem: (i) à quitação de todas as obrigações da Emissora relacionadas à Cédula de Crédito Bancário n.º 00078/11, emitida pela Emissora em 8 de abril de 2011, no montante total de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), originalmente em favor do Banco BNP Paribas Brasil S.A. como credor; (ii) ao financiamento dos custos iniciais, tais como adiantamento a fornecedores e estudos, de desenvolvimento das linhas de transmissão e subestações objeto do Contrato de Concessão n.º 003/2010 – ANEEL, Lote "B", celebrado em 12 de julho de 2010 entre a Emissora e a União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL ("Contrato de Concessão"); e (iii) à construção nos sites dos projetos objeto do



[Handwritten signature]

6

Contrato de Concessão em que já tenham sido emitidas as licenças definitivas de instalação concedidas pelas autoridades competentes, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo a adoção das medidas de controle ambiental e demais condicionantes, nos termos das resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e da legislação aplicável em vigor.

3.5. Número da Emissão: Esta Escritura de Emissão representa a primeira emissão de Debêntures da Emissora.

3.6. Banco Mandatário e Agente Escriturador: O banco mandatário e o agente escriturador da presente Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 (respectivamente "Banco Mandatário" e "Agente Escriturador").

3.7. Objeto Social da Emissora: A Emissora tem como seu objeto social (i) a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos; e (ii) a prestação de serviços de implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

3.8. Aquisição Facultativa: Nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, a Emissora poderá, a qualquer tempo, desde que respeitado o prazo previsto no artigo 13 da Instrução CVM n.º 476, adquirir Debêntures em circulação, desde que observadas as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras. As Debêntures adquiridas pela Emissora deverão ser canceladas pela Emissora.



Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp with the number 4 and a signature.

7

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação

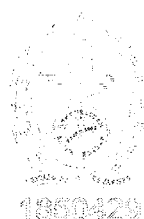
4.1.1. As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, conferido pelo Banco BNP Paribas Brasil S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, n.º 510, 10º a 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.522.368/0001-82, na qualidade de coordenador líder da Oferta Restrita ("Coordenador Líder"), conforme o "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, da Primeira Emissão da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A." a ser celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora ("Contrato de Distribuição").

4.1.2. No âmbito da Oferta Restrita, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observadas as disposições do artigo 3º, parágrafo único, da Instrução CVM n.º 476 referente aos fundos de investimentos.

4.1.3. O público alvo da Oferta Restrita será o de investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109, da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado, ainda, o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM n.º 476 ("Investidores Qualificados").

4.1.3.1. Nos termos da Instrução CVM n.º 476 e para fins da Oferta Restrita descrita na presente Cláusula Quarta (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.4. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ter seu valor aumentado em nenhuma hipótese.



Handwritten signature and initials.

8

4.2. Data de Emissão das Debêntures

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 12 de maio de 2011 ("Data de Emissão").

4.2.2. Para todos os efeitos legais, a data de liquidação das Debêntures será a data em que ocorrer a efetiva subscrição e integralização das Debêntures ("Data de Liquidação").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.4.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.4.2. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome do titular da Debênture quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND.

4.5. Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações.

4.6. Forma e Preço de Subscrição e Integralização

Cada uma das Debêntures será subscrita no mercado primário por seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculada *pro rata*



Handwritten signature and initials.

9

temporis, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

Ressalvadas as hipóteses de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo) e Resgate Antecipado (conforme definido abaixo), o vencimento das Debêntures ocorrerá em 8 de abril de 2012 (“Data de Vencimento”).

4.8. Amortização do Principal

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em parcela única, na Data de Vencimento.

4.9. Resgate Antecipado

4.9.1. Fica desde já certo e ajustado que, caso a Emissora venha a celebrar operação de financiamento em condições análogas ou mais benéficas à Emissora com relação às taxas e condições acordadas nesta Escritura de Emissão ("Novo Financiamento"), a Emissora fica desde já obrigada, de forma irrevogável e irretratável, a (i) notificar o Agente Fiduciário a respeito do Novo Financiamento, no prazo de até 5 (cinco) dias a contar da data do primeiro desembolso relacionado ao referido Novo Financiamento e, (ii) realizar o resgate antecipado e integral das Debêntures em circulação, mediante o pagamento do Valor Nominal Total não amortizado das Debêntures até então, acrescido da Remuneração devida e não paga até então, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento do resgate antecipado ("Resgate Antecipado").

4.9.2. O pagamento do Resgate Antecipado deverá ser realizado pela Emissora no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da comunicação enviada ao Agente Fiduciário, informando o primeiro desembolso relacionado ao Novo Financiamento, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos nesta Escritura de Emissão, sendo certo que todas as Debêntures serão resgatadas em uma única data.



✓ M
✓
✓

10

4.9.3. A CETIP, por meio de carta da Emissora que contenha a ciência do Agente Fiduciário acerca do assunto, deverá ser comunicada da realização do Resgate Antecipado com, no mínimo, 02 (dois) Dias Úteis de antecedência.

4.9.4. As Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.10. Remuneração

Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interbancários – DI de um dia, "extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definido abaixo), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* de 1,55% (um inteiro e cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Spread" e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento das Debêntures.

4.10.1. O cálculo da Remuneração obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, na Data de Vencimento.

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures ou seu saldo, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:



Handwritten signature and initials.

11

$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$, onde:

$FatorDI$ = Produtório das taxas DI Over, com uso de percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais com arredondamento. O Fator DI é apurado de acordo com a fórmula:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

k = Número de ordem da Taxa DI - Over, variando de 1 (um) até n ;

n = Número total de Taxas DI - Over, consideradas na apuração do "Fator DI", em cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), sendo "n" um número inteiro.

TDI_k = Taxa DI - Over de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n$;

DI_k = Taxa DI - Over de ordem k , expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

$FatorSpread$ = sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

$Spread = 1,5500$, sobretaxa, informada com 4 (quatro) casas decimais);



[Handwritten signature]

12

DP = Número de Dias Úteis entre a Data de Emissão, ou último pagamento de remuneração, conforme o caso, inclusive, e a data do cálculo, exclusive, sendo DP um número inteiro.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

Observações:

- (i) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.
- (ii) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (iii) Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (iv) O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.10.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada na apuração de "TDI_k" a última Taxa DI disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

4.10.3. Nas hipóteses de restrição, impossibilidade de uso, ausência ou suspensão de apuração e/ou de divulgação, ou ainda, de extinção da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de debenturistas ("AGD" ou "Assembleia Geral de Debenturistas") (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Cláusula Sétima abaixo), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, a adoção para as mesmas



1/11
M
H

138

finalidades dos novos parâmetro, índices ou taxas que vierem a ser divulgados pelas autoridades competentes ou, na falta desta, os parâmetros, índices, taxas ou bases de remuneração substitutas que melhor reflitam os custos de captação de recursos para aplicações em operações creditícias ("Taxa Substitutiva"). A AGD será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal ou judicial da Taxa DI, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura, e para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, a fórmula estabelecida no item 4.10.1 acima e para a apuração de "TDI_k", será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures, quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.10.4. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.

4.10.5. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação, fica desde já certa e acordada a utilização da Taxa SELIC – taxa de juros média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais, apurados pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC como Taxa Substitutiva.

4.10.6. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo), exclusive.

4.11. Pagamento da Remuneração

Os valores relativos à Remuneração das Debêntures deverão ser pagos em parcela única, na Data de Vencimento das Debêntures ("Data de Pagamento da Remuneração").



Handwritten signature and initials.

14

4.12. Repactuação

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.13. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, desde que aprovado pelos Debenturistas reunidos em AGD, quando houver, nos termos desta Escritura de Emissão, e posteriormente arquivados na JUCERJA e registrados nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes.

4.14. Vencimento Antecipado

Nas seguintes hipóteses as Debêntures ou serão consideradas automaticamente vencidas ou, conforme o caso, seu vencimento antecipado será submetido à deliberação dos titulares das Debêntures em circulação, reunidos em AGD, nos termos dos itens 4.14.2 a 4.14.7 abaixo, para fins de exigência imediata do pagamento pela Emissora do Valor Nominal Total acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento decorrente da configuração do vencimento antecipado das Debêntures:

- (a) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e por seus acionistas no âmbito da Emissão;
- (b) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, de pedido autofalência ou decretação de falência, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora;
- (c) autuações pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, regulatório, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, que possam afetar significativamente a capacidade operacional, legal ou econômico-financeira da Emissora e/ou de sua controladora, controladas ou coligadas, se houver;
- (d) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária decorrente das



Handwritten signature and initials.

15

Debêntures;

(e) não cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista no Contrato de Distribuição e/ou nesta Escritura de Emissão;

(f) protesto legítimo de títulos no valor superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) contra a Emissora ou a Garantidora (conforme definido abaixo), que não seja sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis, contados da realização do referido protesto, salvo se (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora ou Garantidora, conforme o caso, (b) for cancelado, ou, ainda, (c) forem prestadas pela Emissora e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo, sendo reajustado o valor acima referido, desde a Data de Emissão, pelo Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M);

(g) inclusão legítima da Emissora em qualquer cadastro de proteção ao crédito, que não seja sanado ou declarado ilegítimo no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis, contados da referida inclusão;

(h) inadimplemento, observados os prazos de cura previstos nos respectivos instrumentos, ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Emissora ou da Garantidora;

(i) trânsito em julgado de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou sentenças judiciais transitadas em julgado, para as quais a Emissora não tenha feito provisão para pagamento;

(j) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por quaisquer de suas subsidiárias;

(k) mudança comprovadamente relevante no estado econômico-financeiro que venha a impactar na capacidade de pagamento da Emissora;

(l) se a Garantia (conforme definido abaixo) não for devidamente efetivada ou formalizada pela Emissora ou pela Garantidora, segundo os dispositivos contratuais ou legais aplicáveis, ou se a Garantia, por qualquer fato atinente ao seu objeto, se tornar inábil, imprópria ou insuficiente para assegurar o pagamento



Handwritten signature and initials.

das Debêntures, e desde que não seja substituída ou complementada, quando solicitado pelos titulares das Debêntures;

(m) alteração, exceto se ocorrida dentro do mesmo grupo econômico, do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora ou da Garantidora;

(n) alteração do objeto social disposto no estatuto social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas e que comprovadamente venha a impactar na capacidade de pagamento da Emissora;

(o) redução do capital social da Emissora sem o consentimento prévio dos Debenturistas representando 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em AGD;

(p) caso a Emissora venha a realizar uma oferta pública de valores mobiliários;

(q) distribuição e/ou pagamento de lucros ou dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, acima do mínimo legal obrigatório, previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, sem autorização prévia dos Debenturistas representando 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em AGD;

(r) celebração de quaisquer acordos ou contratos pela Emissora com empresas do mesmo grupo econômico (controladas e coligadas diretas ou indiretas e controladoras) para fins de concessão de empréstimos ou garantias, com exceção da Garantia (conforme abaixo definida) descrita nos termos desta Escritura de Emissão; e

(s) arresto, sequestro, penhora ou oferta de bem em garantia em juízo, ou qualquer outra forma de constrição de bens da Emissora, bem como alienação, prestação de garantia a terceiros ou constituição de qualquer espécie de ônus ou gravame sobre os bens da Emissora que não sejam liberados no prazo de 10 (dez) dias seguintes a qualquer desses eventos, a não ser que autorizados por escrito pelos Debenturistas representando 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em AGD.



Handwritten signature and initials, including a large 'M' and a signature that appears to be 'Ferreira'.

10

4.14.7. O pagamento dos valores mencionados no item 4.14.6. acima, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, será realizado em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da comunicação escrita a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.15 desta Escritura de Emissão.

4.15. Multa e Juros Moratórios

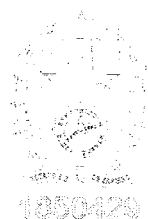
Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures que será devida até a data do efetivo pagamento das Debêntures nos termos do item 4.10. acima, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso.

4.16. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item supra, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em eventual comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.17. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas, bem como aqueles relativos a quaisquer outros valores devidos nos termos da Escritura de Emissão, serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados pela instituição depositária das Debêntures ou na sede da Emissora, se for o caso.



Handwritten signature and initials.

4.18. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação que deva ser realizado por meio da CETIP, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Portanto, para os demais fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional.

4.19. Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no (i) no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro; e (ii) no jornal Diário Mercantil. A publicação do referido Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os titulares de Debêntures e ao Agente Fiduciário.

4.20. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.21. Garantia

4.21.1. Para assegurar o cumprimento de todas as obrigações da Emissora decorrentes da Emissão, a controladora da Emissora, Cobra Instalaciones Y Servicios S.A., sociedade por ações existente e constituída de acordo com as leis da Espanha, com sede na Rua Cardenal Marcelo Spinola, n.º 10, Madri, Espanha, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.552.816/0001-41, emitiu uma "Carta de Garantia" em favor dos titulares das Debêntures ("Garantidora" e "Garantia", respectivamente).



Handwritten signatures and initials, including "V2" and "Aster".

2

4.21.2. O valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, acrescida da Remuneração, dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo encargos moratórios devidos nos termos desta Escritura de Emissão, custos e despesas devidos nos termos da Cláusula Quinta abaixo, bem como a remuneração prevista no item 6.4 desta Escritura de Emissão, serão pagos pela Garantidora, podendo ser exigido a ela, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contados a partir da data de recebimento de comunicação por escrito enviada à Garantidora pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares de Debêntures. Tal notificação só poderá ser emitida pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares de Debêntures (i) após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura de Emissão, respeitados eventuais períodos de cura ou (ii) quando da declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão para pagamentos pela Emissora.

4.21.3. A Garantia poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as obrigações garantidas.

4.21.4. Os Debenturistas, ao subscreverem as Debêntures, declaram-se cientes de que a verificação da suficiência da garantia prevista neste item 4.21, pelo Agente Fiduciário, deu-se exclusivamente com base nas informações previstas na "Carta de Garantia" prestada em favor dos Debenturistas.

4.21.5. As comunicações entre o Agente Fiduciário e a Garantidora, previstas neste item 4.21., deverão obedecer ao disposto na Cláusula Nona abaixo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA.

5.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) Enquanto houver Debêntures em circulação, não distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio além do mínimo obrigatório definido pela Lei das Sociedades por Ações, sem a prévia e expressa autorização por escrito dos Debenturistas;



Handwritten signature and initials.

21

- (b) fornecer ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis a partir da data do recebimento da respectiva solicitação, todas as informações razoáveis, incluindo, mas não se limitando àquelas previstas no artigo 17, da Instrução CVM n.º 476, de forma correta e completa, que sejam necessárias para a consumação da Oferta Restrita ou cumprimento de seus deveres nos termos desta Escritura de Emissão. A Emissora será responsável pela suficiência e veracidade das informações fornecidas, obrigando-se a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por eventuais prejuízos diretos e devidamente comprovados decorrentes de imprecisões, inveracidades ou omissões relativas a tais informações;
- (c) fornecer ao Agente Fiduciário, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis a partir da data do recebimento da respectiva solicitação, qualquer informação que seja solicitada para a defesa dos interesses dos Debenturistas, observada a legislação aplicável e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;
- (d) fornecer ao Agente Fiduciário vias originais desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos, devidamente arquivadas na JUCERJA, em até 15 (quinze) dias contados da respectiva data de assinatura;
- (e) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas, e/ou contribuições decorrentes da Oferta Restrita, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial;
- (f) prestar informações, dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, regulatório, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora, sua controladas e coligadas, que possam resultar em um valor individual ou agregado (sempre quando da mesma natureza) superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais). Essas informações deverão ser apresentadas pela Emissora na forma de relatório descritivo da ocorrência e das medidas que serão adotadas pela Emissora para mitigar os efeitos da autuação em questão;
- (g) preparar demonstrações financeiras, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;



12
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

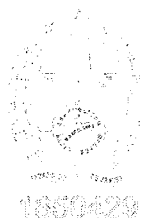
- (h) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (i) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos na República Federativa do Brasil;
- (j) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (k) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de seu exercício social, e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização;
- (l) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º, da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM n.º 358");
- (m) encaminhar qualquer informação relevante para a presente Emissão, que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário e quaisquer informações a respeito da ocorrência de qualquer descumprimento das obrigações previstas nesta Escritura, de natureza pecuniária ou não, incluindo mas não se limitando aos eventos indicados no item 4.14. acima, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após a cobrança feita pelo Agente Fiduciário ou após a ocorrência do descumprimento, sem prejuízo dos demais procedimentos aplicáveis, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (n) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, a CETIP e o Agente Fiduciário;



Handwritten signature.

28

- (o) efetuar o pagamento de todas as despesas previamente aprovadas pela Emissora, sempre que possível, incorridas e devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;
- (p) rigoroso cumprimento pela Emissora, em seus aspectos relevantes, ao disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, ou órgão que venha a sucedê-lo e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
- (q) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (r) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, inclusive com envio de documentos, se for o caso prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (s) cumprir, e fazer com que suas subsidiárias, coligadas, controladas e controladoras, bem como os respectivos administradores, empregados, agentes, diretores, consultores e assessores, cumpram com todas as obrigações socioambientais a que estão sujeitas, por força de lei e/ou em decorrência de suas atividades, de forma a respeitar os Princípios do Equador (www.equator-principles.com/documents/Equator_Principles.pdf), cujos critérios são definidos pelos Padrões de Desempenho e pelas diretrizes de Meio Ambiente, Saúde e Segurança da International Finance Corporation, ("IFC") disponíveis no site <http://www.ifc.org/ifcext/sustainability.nsf/Content/EnvSocStandards>;



Handwritten signature and initials.

24

- (t) adotar as medidas e as ações necessárias à prevenção e correção de eventuais danos socioambientais, sendo certo que a utilização dos valores resultantes da Emissão não implicará violação dos dispositivos dos Princípios do Equador, acima mencionado;
- (u) obter todos os documentos previstos na legislação socioambiental relacionados às atividades desenvolvidas pela Emissora, principalmente, mas não se limitando as atividades previstas no Contrato de Concessão, atestando o seu cumprimento e mantendo as licenças em pleno vigor e eficácia;
- (v) entregar ao Agente Fiduciário cópia dos documentos mencionados no item (u) acima relacionados à ocorrência de qualquer irregularidade ou evento que possa levar os órgãos competentes a considerar descumprida a legislação socioambiental ou lhe imputar a obrigação de indenizar eventual dano socioambiental, informando imediatamente ao Coordenador Líder por escrito;
- (w) entregar, em até 90 (noventa) dias após o fim do ano fiscal da Companhia, ao Coordenador Líder, relatório de avaliação dos programas de controle socioambiental implementados pela Companhia, se existentes;
- (x) enviar todos os dados financeiros, incluindo-se as demonstrações financeiras apuradas e auditadas pelos auditores independentes da Emissora, e atos societários necessários à realização do relatório anual previsto no artigo 12 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM; e
- (y) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

5.2. As despesas a que se refere o item 5.1 (o) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:



Handwritten signatures and initials, including a large 'M' and a signature at the bottom right.

21

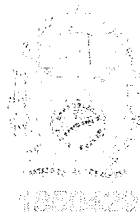
- (a) publicações em geral de relatórios, editais, atas, avisos, e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) solicitação, quando julgar necessário, de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas a Emissora e não entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos;
- (c) despesas com registros, caso sejam realizados pelo Agente Fiduciário;
- (d) despesas de viagem, compreendendo transporte, estadias e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, desde que devidamente comprovadas à Emissora; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, acima qualificado, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunidade dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;



Handwritten signature and initials.

- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições regulamentares aplicáveis expedidas pelo Banco Central do Brasil, em especial, das disposições contidas na Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990; e
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, baseado nas informações prestadas pela Emissora; não tendo conduzido nenhum procedimento de verificação independente da veracidade das informações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:



Handwritten signatures and initials.

27

- (a) Parcelas anuais de R\$13.000,00 (treze mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura da Escritura de Emissão, e os seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes;
- (b) Em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à atividades, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora, para assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação de suas condições, requerido pela Emissora, bem como para (i) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou Debenturistas e Assembleia Geral de Debenturistas; e (ii) implementação das consequentes decisões tomadas pelos Debenturistas;
- (c) As parcelas citadas no item "a" supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (d) As parcelas citadas nos itens acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- (e) Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, correspondem a depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto



Vk
M
A

20

representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência;

- (f) O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento;
- (g) A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral; notificações, extração de certidões, viagens e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas;
- (h) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

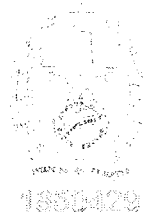
- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;



Vs
M
Assinatura

99

- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando lacunas e irregularidades porventura existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes nas propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho, e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (k) comparecer às AGDs, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;



Handwritten signature.

30

(l) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:

(i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

(ii) alterações estatutárias ocorridas no período;

(iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;

(iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(v) aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;

(viii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão;

(ix) existência de outras emissões de debêntures, pública ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário bem como demais informações exigidas pela regulamentação aplicável a respeito de tais emissões, se houver; e



31

- (x) calcular diariamente, em conjunto com a Emissora, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, disponibilizando-o aos Debenturistas, à Emissora e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.
- (m) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (l) acima aos titulares de Debêntures dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CETIP;
 - (iv) na CVM; e
 - (v) na sede do Coordenador Líder.
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa onde a Emissora efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Escriurador e à CETIP;
- (p) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer; e
- (q) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais onde a Emissora efetuar suas publicações, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos da data em que tiver ciência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em



Hester

que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.14 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar nos termos do disposto no item 4.14 acima por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação.

6.7. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de deliberação dos Debenturistas, comprometendo-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência de tal cumprimento. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.



30
V. 10/11/11

6.7.1. Para todos os efeitos legais, a verificação, por parte do Agente Fiduciário, nos termos da Instrução CVM n.º 28, da suficiência e exequibilidade da Garantia, fica evidenciada pelos termos do parecer legal elaborado por assessores legais competentes para emitir opinião legal com relação às leis aplicáveis à Garantia, à Garantidora e à regular constituição da Garantia.

6.8. Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.9. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e/ou atos da administração da Emissora ou, ainda, em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para basear suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

6.10. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a mesma, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.10.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este



Handwritten signature

34

comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.

6.10.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.10.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.10.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM n.º 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.10.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.14.

6.10.5.1. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos das demais publicações da Emissora.

6.10.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.



32

Handwritten signature.

35

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6.1. Qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures (incluindo eventual repactuação); (ii) na Data de Vencimento; (iii) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; ou (iv) nas hipóteses de vencimento antecipado, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.



Handwritten signatures and initials, including 'M' and 'J. Costa'.

76

7.6.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem a 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

7.6.3. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, a maioria absoluta das Debêntures em circulação, exceto se houver outro quorum específico estabelecido para a matéria.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora adquirir e cancelar.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora, neste ato declara que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora



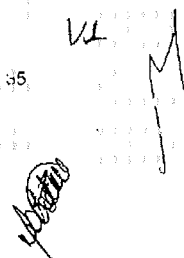
C4

Handwritten signature and initials.

5

3

- 5



38

- (h) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.4 desta Escritura de Emissão;
- (i) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (k) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (l) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas; e
- (m) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão, bem como pelo registro da Emissão na CETIP.

8.1.1 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula Oitava da Escritura de Emissão.

8.1.2. Sem prejuízo do disposto no item 8.1.1 acima, a Emissora obriga-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.



29

CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Avenida Marechal Câmara, n.º 160, sala 1619

CEP 20020-080 – Rio de Janeiro - RJ

Sr. Ronny Nascimento Nunes

Tel: (21) 3171-8034

Fac-símile: (21) 3171-8006

E-mail: rnunes@grupocobra.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 4, Sala 514

Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira / Sra. Nathalia Machado

Tel.: (21) 3385-4571 / (21) 3385-4584

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: trustee@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Mandatário e Agente Escriturador:

BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 9º andar
São Paulo – SP

At.: Sr. José Nilson Cordeiro

Telefone: (11) 5029-1317

Fax: (11) 5029-1920

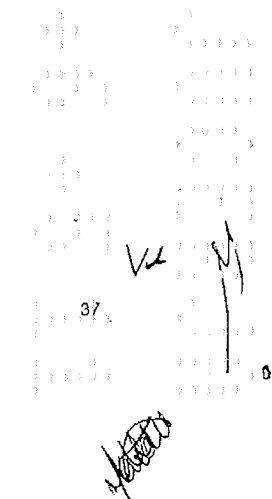
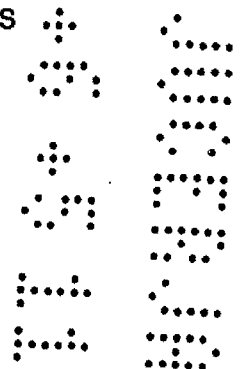
E-mail: jose-nilson.cordeiro@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar

CEP 01452-001 São Paulo - SP



40

At.: Gerência de Valores Mobiliários
 Tel.: (11) 3111-1596
 Fac-símile: (11) 3111-1564
 E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes à esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

9.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência, nos termos desta Cláusula Nona.

9.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item 9.3 acima serão arcados pela parte inadimplente.

9.5. As comunicações, avisos ou notificações enviadas nas formas previstas nesta Escritura de Emissão serão consideradas plenamente eficazes se entregues a empregado, preposto ou representante de qualquer das Partes.

CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



28

41

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. O cumprimento, pelas Partes, das obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, na forma regulamentar vigente, está condicionado à celebração, pela Emissora e demais partes, do Contrato de Distribuição.

10.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

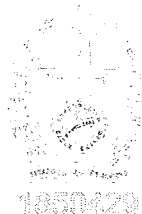
10.6. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.7. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.8. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

CLÁUSULA ONZE – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, exceto na hipótese dos Debenturistas representantes de 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação deliberarem em AGD por optar, a seu exclusivo critério, pelo Foro do domicílio da Emissora, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas ou fundadas nesta Escritura de Emissão.



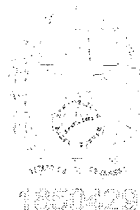
42

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 2 (duas) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 2011

9

Handwritten signatures and marks in the right margin.



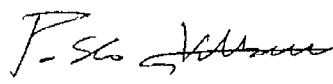
Handwritten signatures and marks in the bottom right corner, including a large 'M' and a signature that appears to be 'V. L. M.'.



47


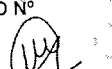
Página 1 (um) de 2 (dois), de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A., celebrado em 5 de maio de 2011.

LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.


Nome: Alfonso Brunner Beamud
Cargo: Diretor


Nome: Pablo Villaescusa González
Cargo: Diretor

 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.
Nire: 33.3.0029726-0
Protocolo: 00-2011/164522-0 - 05/05/2011
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 06/05/2011. E O REGISTRO SOB O NÚMERO
E DATA ABAIXO.
ED33000242-9/000
DATA: 06/05/2011

Valéria G.M. Serra
SECRETÁRIA GERAL

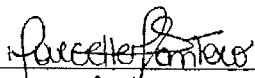
 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.
Nire: 33.3.0029726-0
Protocolo: 00-2011/164522-0
CERTIFICADO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº
ED33000242-9/000
DATA: 06/05/2011

Valéria G.M. Serra
SECRETÁRIA GERAL

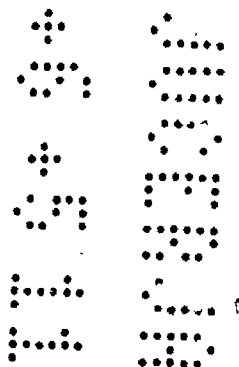


44

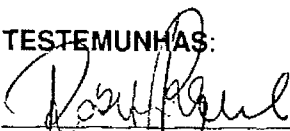
Página 2 (dois) de 2 (dois), de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A., celebrado em 5 de maio de 2011.


PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: Marcelle Mota Santoro
Cargo: PROCURADORA



TESTEMUNHAS:


Nome: Roberta Rique
RG: CPF: 133.875.117-44
CPF/MF: Procuradora


Nome: Mônica de Souza Lima
RG: CPF: 095.865.657-69
CPF/MF: RG: 12.110.116-1

